



Agripino discorda de Lula sobre crédito consignado

Senador critica afirmação do presidente de que porta de saída do Bolsa Família seria o crédito consignado. Caminho passa pela atuação do Banco do Povo e do programa Primeiro Emprego, segundo José Agripino. **Página 5**

Suplicy: presidente rejeita idéia de terceiro mandato

Comentando a entrevista de Lula ao jornal *O Estado de S. Paulo*, Suplicy destacou a negativa do presidente de que admita candidatar-se a um terceiro mandato. Lula enfatizou a importância da alternância no poder para a democracia, disse Suplicy. **Página 5**



CAE examina pregão eletrônico

O uso do pregão eletrônico nas compras governamentais deve ser examinado hoje pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). A proposta em pauta é um substitutivo do senador Eduardo Suplicy a projeto aprovado pela Câmara dos Deputados e por duas comissões do Senado – as de Constituição, Justiça e Cidadania e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Suplicy pretende restringir o uso de aditivo contratual, mecanismo que, segundo ele, favorece a corrupção em contratos na administração pública. **Página 8**

Defesa da vida na Terra mobiliza os senadores

Especialista defende Lei de Responsabilidade Ambiental. Senado discute esta semana temas como desertificação e consequências das mudanças climáticas



Em debate realizado ontem na Subcomissão dos Marcos Regulatórios, o diretor do Instituto Brasil Ambiente, Sabetai Calderoni, sugeriu a adoção de uma Lei de Responsabilidade Ambiental como forma de aperfeiçoar e integrar as normas legais. Hoje, a Comissão de Meio Ambiente examina projeto que visa combater a desertificação. A de Infra-Estrutura trata de biodiesel. **Páginas 6 e 7**

Alberto Bianchini (E), Sabetai Calderoni, Garibaldi Alves, Delcídio Amaral, Severino Júnior e André Vilhena

CPI busca mais esclarecimentos sobre desastre

Dois delegados que atuam em inquéritos sobre o acidente com o Airbus da TAM, dois representantes do Ministério Público e uma desembargadora devem participar hoje de audiência da CPI do Apagão Aéreo, que se reúne a partir das 11h. Amanhã, a CPI investiga denúncias contra a Infraero. **Página 6**

Turismo para pessoa com deficiência

Mais de um sexto da população tem algum tipo de deficiência. Como é o turismo para esses brasileiros? A fim de discutir a questão, o Senado realiza hoje audiência com a presença de autoridades ligadas ao turismo e aos transportes, além dos diretamente interessados – os portadores de deficiência. **Página 2**



Comissões discutem adequação dos produtos e serviços da indústria turística às necessidades dos deficientes



Quase 15% dos brasileiros têm deficiência, diz Azeredo



Lúcia Vânia é também autora do requerimento



Arns: turismo não atende necessidades elementares

Audiência debate turismo para pessoas com deficiência

Questões relativas ao turismo para pessoas com deficiência serão discutidas, hoje, em audiência conjunta da Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência e da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR). O debate foi requerido por Lúcia Vânia (PSDB-GO), Eduardo Azeredo (PSDB-MG) e Flávio Arns (PT-PR).

Foram convidados os ministros dos Transportes, Alfredo Nascimento; das Cidades, Márcio Fortes; e do Turismo, Marta Suplicy; a presidente do Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur), Jeanine Pires; o presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência (Conade), Alexandre Baroni; e o presidente da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (Abih), Tomaz Ikeda.

Os autores do requerimento argumentam que, de acordo com dados das Nações Unidas, aproxi-

madamente 450 milhões de pessoas em todo o mundo têm alguma deficiência física ou mental. E, segundo o Censo Demográfico do IBGE de 2000, 14,5% da população à época declarou portar algum tipo de deficiência. A Lei 7.858/89 dispõe sobre os direitos individuais e sociais dessa parcela da população, mas os senadores argumentam que, na prática, ela não consegue superar todos os obstáculos.

“Consciente de que as pessoas com deficiência não são atendidas em suas necessidades mais elementares pela indústria brasileira do turismo, julgo necessário propor a realização de uma audiência pública com diferentes segmentos da sociedade para debater questões fundamentais como a adequação dos produtos e serviços que formam a cadeia produtiva da indústria turística às necessidades objetivas e imediatas desse segmento específico da população”, diz a justificativa.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Sessão especial homenageia dez anos do ILB e do Conselho Editorial do Senado

Às 10h, os senadores homenageiam, em sessão especial, os dez anos do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) e do Conselho Editorial do Senado, bem como os seis anos de atividade da Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis).

Às 12h, haverá abertura da exposição de painéis fotográficos, documentos, obras representativas e informações a respeito dos três órgãos, com a presença do ministro da Cultura, Gilberto Gil, entre outras autoridades. Às 14h, no expediente,

o Plenário homenageia o Dia do Corretor de Imóveis e no mesmo horário realiza sessão deliberativa. A pauta encontra-se trancada pelo Projeto de Lei de Conversão 24/07, que concede pensão especial às pessoas atingidas pela hanseníase.

Efeitos do aquecimento para o setor agropecuário

A Comissão Mista Especial de Mudanças Climáticas discute, a partir das 14h30, os impactos do aquecimento global sobre as atividades do setor agropecuário.

Antes, às 10h30, os senadores

da Comissão de Educação (CE) realizam reunião. Na pauta, dois projetos que dispõem sobre normas para estágio de estudantes do ensino superior, de educação profissional e do ensino médio.



Em pauta, medidas para combater e prevenir a desertificação

A Comissão de Meio Ambiente (CMA) promove audiência, às 10h30, para tratar do risco de desertificação no país. Após o debate, a CMA analisa projeto que institui

a Política Nacional de Combate e Prevenção à Desertificação. Às 14h, a Comissão de Infra-Estrutura (CI) analisa a indicação de Miguel de Souza para o cargo de diretor de

Planejamento e Pesquisa do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit) e, em seguida, deve votar proposta sobre linhas de crédito para produção de biodiesel.



CPI discute investigação do acidente da TAM

A CPI do Apagão Aéreo ouve, a partir das 11h, o delegado da Polícia Federal Frederico Saldanha, o promotor de Justiça de São Paulo Mário Sarrubbo, a procuradora da República em São Paulo Fernanda

Taubemblatt, o delegado da Polícia Civil de São Paulo Antônio Carlos Barbosa e a desembargadora Cecília Marcondes, do Tribunal Regional Federal, 3ª Região, responsáveis pela investigação do acidente da TAM.

CDR e subcomissão da CAS realizam audiência conjunta

Às 14h, a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) e a Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com

Deficiência, que funciona no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), debatem propostas destinadas a desenvolver o turismo para pessoas

com deficiência. Estão convidados, entre outros, representantes do Conade e os ministros dos Transportes, das Cidades e do Turismo.

Financiamentos do BNDES em debate

Às 9h, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) ouve o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Luciano Coutinho, sobre a política de financiamento da instituição. Às 10h30, a CAE analisa pauta de 12 itens, entre os quais está o que trata da ampliação do uso do pregão eletrônico.

Comissão mista analisará Pronasci

Está prevista para as 16h a instalação da comissão mista destinada a examinar a medida provisória que institui o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), a MP 384/07. Na reunião, podem ser eleitos o presidente e o vice-presidente da comissão. Também deverá ser indicado o relator da medida.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Alvaro Dias

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: Gerson Camata

3º Secretário: César Borges

4º Secretário: Magno Malta

Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Weiller Diniz

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e

Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Cirilo Quartim e Leif Bessa

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa, Davi Emerich e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - *E-mail:* jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Alvaro Dias, Mário Couto e Mão Santa e pela senadora Rosalba Ciarlini



Leopoldo Silva

Mão Santa protesta contra valores pagos pelo SUS por procedimentos médicos

Mão Santa aplaude atuação das santas casas de misericórdia

O senador Mão Santa (PMDB-PI) defendeu ontem as santas casas de misericórdia ao citar matéria publicada pelo jornal *O Globo* segundo a qual a unidade do Rio de Janeiro está “sob suspeita”. De acordo com a reportagem, foram detectados, entre outros problemas, desvio de verbas destinadas ao custeio de atendimento de pacientes do

Sistema Único de Saúde (SUS).

Para o senador, “é uma indecência e uma vergonha” colocar as santas casas sob suspeita. Ele pediu que o ministro da Saúde, José Gomes Temporão, dê atenção para a unidade do Rio e também para a do Piauí.

Mão Santa pediu que a Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa

da Saúde, ligada à Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e presidida pelo senador Papaléo Paes (PSDB-AP), discuta as dificuldades das santas casas.

O senador argumentou que essas instituições – criadas pela rainha de Portugal Dona Leonor – recebiam generosas doações da população, além dos recursos do governo, mas hoje contam com

pouco. Para ele, o povo fazia doações “porque antes não tinha tanto imposto”.

– Agora são 76 impostos. Quem pode dar dinheiro? – indagou.

Mão Santa protestou ainda contra os pagamentos dos procedimentos do SUS, que remuneram os profissionais em R\$ 2,50 por consulta e R\$ 9 por uma anestesia.

Rosalba Ciarlini destaca sucesso de feira de Mossoró

Rosalba Ciarlini (DEM-RN), que comandou a prefeitura de Mossoró, no Rio Grande do Norte, por três mandatos, registrou em Plenário o sucesso da 20ª edição da Feira Industrial e Comercial da Região Oeste (Ficro), na cidade. Segundo a senadora, com 300 estandes instalados, a feira demonstrou a força da indústria e do comércio da região.

– A cidade é reconhecida como região de desenvolvimento econômico, que brilha pelo potencial e força de trabalho, e tem tudo para alavancar, a cada dia, o desenvolvimento no interior.

Rosalba recordou que em sua gestão na prefeitura de Mossoró investiu prioritariamente em educação, saúde, saneamento, infraestrutura e distrito industrial de forma a estruturar a cidade para “o pulo de desenvolvimento que está dando”.

Em aparte, o líder do Democratas, José Agripino (RN), que foi governador do Rio Grande do Norte, afirmou que Rosalba deu continuidade ao seu trabalho de estimular a realização da Ficro e ao implantar o saneamento básico antes de ele “virar moda”. Agripino ressaltou o “padrão ético” da senadora e disse que Rosalba elevou o padrão cultural de Mossoró com o estímulo a diversas manifestações.

Sérgio Guerra (PSDB-PE) destacou a atuação de Rosalba como prefeita e seu trabalho “discreto e firme” no Senado.



Leopoldo Silva

Rosalba: feira demonstrou a força do comércio e da indústria da região

Alvaro defende redução da maioria penal

“O Congresso Nacional não se pode omitir e trazer à tona a questão somente quando há um crime de repercussão nacional, que provoca um grande impacto na vida brasileira”

Ao comentar em Plenário o assassinato, por menores de idade, da estudante de Educação Física Ana Paula Caron, de 18 anos, na cidade de Curitiba, o senador Alvaro Dias (PSDB-PR) cobrou ontem a aprovação urgente de projetos de lei sobre redução de maioria penal que tramitam no Congresso Nacional.

O corpo da jovem foi encontrado na quinta-feira, na Região Metropolitana de Curitiba. Ela estava desaparecida desde terça-feira, quando foi levada da porta de uma academia de ginástica.

– Temos que assumir a responsabilidade desse debate. O Congresso Nacional não se pode omitir e trazer à tona a questão somente quando há um crime de repercussão nacional, que provoca um grande impacto na sociedade brasileira, que leva as



Leopoldo Silva

Alvaro Dias lamenta ainda freqüente ocorrência de desvios de recursos públicos

pessoas à revolta e à indignação – disse.

Impunidade

Em seu pronunciamento, Alvaro Dias lamentou ainda a freqüente ocorrência no país de desvios de recursos públicos, diante dos elevados “déficits sociais e carências crônicas da população

brasileira”. Para ele, a luta contra a impunidade na atual conjuntura brasileira deve merecer prioridade absoluta.

Tratando da crise do sistema de saúde, Alvaro Dias criticou a falta de leitos e medicamentos e a superlotação nos hospitais da rede pública. O senador censurou ainda a elevada concentração de renda na população brasileira e a falta de moradias e de um sistema educacional de qualidade.

Com relação ao sistema de ensino, o representante do Paraná observou que apesar dos esforços governamentais e não-governamentais e do significativo aumento nos índices de alfabetização verificado nas últimas décadas, 15,2 milhões de brasileiros com idade superior a 9 anos ainda foram considerados analfabetos em 2004.

Ministro debate parecer sobre contas do governo

O ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) Ubiratan Aguiar vem ao Congresso Nacional nesta quinta-feira para debater com os senadores e deputados, em audiência pública, o parecer prévio do TCU sobre as contas do governo federal de 2006. A reunião – promovida pela Comissão Mista de Orçamento (CMO) – será realizada a partir das 10h na Câmara dos Deputados, no Plenário 2 do Anexo II.

A cada ano, a prestação de contas do governo federal é enviada ao Congresso. Mas os parlamentares, antes de julgar as contas, encaminham ao TCU o documento enviado pelo governo.



Gerardo Magela

Gilvam afirma que baixa remuneração gera reflexos na qualidade dos serviços

Gilvam apóia aumento salarial para servidores

Gilvam Borges (PMDB-AP) apoiou ontem a luta dos servidores federais por melhores salários e recomposição de seu poder de compra. Ele disse que tem acompanhado a guerra que os servidores vêm travando para conseguir algum aumento real de salário, por mínimo que seja, sendo que algumas categorias recorreram ao direito de greve e ficaram paralisadas por mais de 70 dias.

– Não podemos, de modo algum, ver esses movimentos com os olhos frios da imparcialidade e achar que se trata de apenas mais uma greve, de apenas mais uma reivindicação por melhores salários, realizada pelos servidores públicos, valorosos trabalhadores tão injustiçados pela mídia e pelo povo brasileiro – afirmou.

Gilvam lembrou que os servidores públicos federais estão há dez anos sem aumento real de salário e acumulam no período de 1995 a 2005 uma perda de 59,15% em seus vencimentos básicos, o que demanda um reajuste de 144,79% para recuperar os prejuízos, de acordo com dados da Confederação dos Trabalhadores do serviço Público Federal (Condsef).

– Se os servidores são mal pagos, obviamente trabalham insatisfeitos, e essa insatisfação se reflete na qualidade dos serviços prestados à população e também na auto-estima dos trabalhadores do setor público – ressaltou.

Kátia Abreu pede ajuda para municípios atingidos pela seca

Em discurso no Plenário, Kátia Abreu (DEM-TO) fez ontem um apelo ao Ministério da Integração Nacional, comandando por Geddel Vieira Lima, para que atue em favor dos atingidos pela seca prolongada no Tocantins. Segundo a parlamentar, agricultores e pequenos pecuaristas de municípios como Arraias, Taipas, Almas e Conceição estão sofrendo com a falta de água para as plantações e para alimentar o gado, mas, sobretudo com a falta de água potável, para consumo humano.

– O ministério tem obrigação

de acudir os brasileiros diante dessa calamidade – disse.

Kátia Abreu deve protocolar um pedido no ministério para tentar agilizar a declaração de calamidade pública no estado. Informou ainda que o governador Marcelo Miranda, por meio da Defesa Civil do estado, destinou carros-pipas e cestas básicas para amenizar o sofrimento dos atingidos, mas as ações não estão sendo suficientes. A senadora salientou que os cidadãos atingidos pela seca são “pessoas do campo, humildes” e que todo o estado precisa de ajuda.

Presidente do Conselho de Ética disse esperar para hoje versão preliminar de parecer de relatores sobre representação contra o presidente do Senado

Relatório de processo contra Renan poderá ser votado na quinta-feira

O relatório do processo contra o senador Renan Calheiros (PMDB-AL), aberto no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar para apurar denúncias de que ele teria parte de suas despesas pessoais pagas pela construtora Mendes Júnior, deve ser apresentado ao colegiado nesta quinta-feira. Conforme prevê o presidente do conselho, Leomar Quintanilha (PMDB-TO), os senadores poderão, na mesma reunião, votar o relatório.

O texto que será analisado pelo Conselho de Ética está sendo elaborado pelos senadores Almeida Lima (PMDB-SE), Marisa Serrano (PSDB-MS) e Renato Casagrande (PSB-ES). Quintanilha lembrou que os três relatores prometeram apresentar um esboço do documento em reunião agendada para hoje, às 15h, na presidência do colegiado.

– A ideia é ter um único parecer, mas não está descartada a



Caso haja mais de um relatório, todos serão colocados em votação, afirma Quintanilha

hipótese de haver dois ou até três documentos – explicou Quintanilha. Se houver mais de um relatório, informou, todos serão colocados em votação.

Schincariol

Até sexta-feira, João Pedro (PT-AM), relator do processo contra Renan, relativo a suposto favorecimento político à cervejaria Schincariol, deverá anunciar a Quintanilha os rumos que dará

Rosevelt Pinheiro

ao caso. O PSOL, autor da representação que deu origem ao processo, solicita ao conselho que apure denúncias de que Renan teria utilizado prestígio político para interceder a favor da Schincariol junto ao Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) e à Receita Federal, depois de a cervejaria ter comprado uma fábrica de refrigerantes de seu irmão, o deputado Olavo Calheiros.

Renan responde ainda a um terceiro processo, que visa apurar denúncias de que teria comprado, por meio de “laranjas”, duas emissoras de rádio e um jornal em Alagoas. Em entrevista na sexta-feira, Quintanilha disse não ter pressa para designar o relator para esse caso, sendo sua prioridade atual concluir o primeiro processo aberto no conselho.

– Não descarto a hipótese de convidar o trio de relatores da primeira representação para trabalhar neste caso – observou.

Sérgio Guerra apóia votação aberta no Conselho de Ética

O senador Sérgio Guerra (PSDB-PE) defendeu o voto aberto dos membros do Conselho de Ética durante a votação do relatório de processo contra Renan Calheiros. Em sua opinião, a votação secreta não ajuda o Congresso Nacional, a democracia ou a defesa do senador investigado.

– Precisamos defender métodos abertos, democráticos, construtivos. O Senado não pode mais ser um condomínio de amizades, de pequenos interesses que, somados, determinam posições

individuais – disse.

Conforme o parlamentar, o país vive um “momento crítico”, repleto de pendências que precisam ser resolvidas para “reafirmar o padrão de democracia brasileiro”. Ele ressalta que, no contexto atual, está em jogo não apenas o destino de um senador, mas o conceito de uma instituição, sendo necessário que o Senado reflita sobre seu papel constitucional de representante da Federação e de Casa revisora das leis.

– Vamos cuidar da nossa tradição de Casa de brasileiros ilustres

Leopoldo Silva



“O Senado não pode ser um condomínio de amizades”, ressalta Sérgio Guerra

e de respeitabilidade agora, com o nosso voto, no Conselho de Ética e no Plenário – conclamou.

Sérgio Guerra propõe que os partidos de oposição se entendam e que “não dispersem energias em disputas sem conteúdo”.

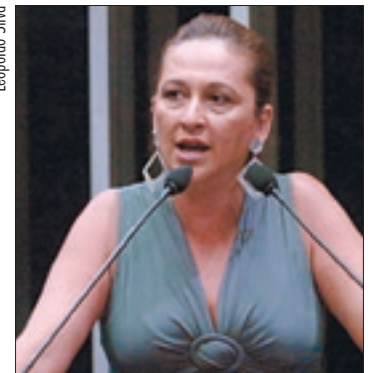
“O país não vai suportar o voto secreto”, alerta Kátia Abreu

A senadora Kátia Abreu (DEM-TO) manifestou ontem, em Plenário, preocupação com o anúncio feito pelo presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, Leomar Quintanilha (PMDB-TO), de que a votação do processo contra Renan Calheiros poderá ser secreta.

– O Brasil não vai suportar essa situação. Não é essa a resposta que os brasileiros estão esperando. Que cada um tenha a hombridade e a coragem de votar conforme sua consciência – conclamou.

A parlamentar afirmou que, desde que era deputada federal, defende o voto secreto apenas para a eleição das mesas da Câmara e do Senado.

– Temos obrigações com nosso eleitorado. Todas as votações



Kátia Abreu apela aos membros do conselho para que votem com consciência

poderiam ser abertas, inclusive, e principalmente, para cassação de mandato – frisou.

Kátia Abreu disse ainda que, mesmo sem ter assento e voto no Conselho de Ética, ficará bastante envergonhada perante seus eleitores.

PSOL recorre ao Supremo para abrir investigação contra Gim Argello

O PSOL ingressou ontem com mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal (STF) contra a decisão da Mesa do Senado de arquivar a representação encaminhada pelo partido contra o senador Gim Argello (PTB-DF). De acordo com nota emitida pelo PSOL, a Mesa exorbitou de suas funções ao “julgar” o suplente de Joaquim Roriz (PMDB-DF), quando esta é uma atribuição constitucional e regimental do Plenário do Senado, auxiliado pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

“A decisão da Mesa é uma clara posição de acobertar crime de um parlamentar denunciado por crimes contra os cofres públicos

e a possibilidade de absolvição sumária por graves ilícitos cometidos antes do mandato”, cita a nota do PSOL. No mesmo documento, a presidente do partido, a ex-senadora Heloísa Helena, reclama do tratamento desigual dado ao advogado do PSOL, que não pôde participar da reunião da Mesa, oportunidade que foi dada ao advogado de Gim Argello.

A assessoria do senador informou que ele só se manifestará sobre o assunto depois de tomar conhecimento do teor da ação, mas negou que Argello esteja sendo investigado pela Polícia Civil do Distrito Federal e pelo Ministério Público Federal nas apurações da chamada Operação Aquarela.

Senado realiza quatro sessões comemorativas esta semana

O Plenário do Senado realiza nesta semana quatro sessões especiais. A primeira, requerida por Efraim Morais (DEM-PB), acontece hoje, às 10h, e será destinada a comemorar os dez anos de criação do Conselho Editorial do Senado e do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) e os seis anos de criação da Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis).

Após a sessão especial, será lançada a coleção “Cidades Históricas” e, em seguida, terá início

uma exposição comemorativa, no Salão Negro.

Ainda hoje, às 14h, o Plenário saúda os corretores de imóveis, que celebram seu dia em 27 de agosto. O autor do requerimento é Adelmir Santana (DEM-DF),

Amanhã, às 14h, os senadores homenageiam Getúlio Vargas pelo transcurso do 53º aniversário de seu falecimento, e na quinta-feira, comemoram o Dia do Comerciante, celebrado em 16 de julho.

Suplicy defende nova regra para votar processo

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) anunciou ontem em Plenário que o colega de partido Tião Viana (AC) vai reapresentar nesta semana proposta de emenda à Constituição de sua autoria, rejeitada em 2003, propondo o voto aberto no caso de cassação de mandato de parlamentar. Ele fez o anúncio ao discutir a polêmica sobre a forma de votação do relatório do processo contra o presidente

do Senado, Renan Calheiros, no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

Suplicy observou que votações dessa natureza devem ser abertas para que todos os senadores, “com responsabilidade, possam dizer como estão tomando a decisão”.

O parlamentar lembrou que, no dia 13 de março de 2003, quando a PEC 38/00, de autoria de Tião Viana foi derrotada,

muitos senadores que hoje se manifestam favoravelmente à votação secreta foram contra a aprovação da matéria. Naquela ocasião, afirmou Suplicy, embora a bancada do Partido dos Trabalhadores estivesse a favor do voto aberto, não houve número suficiente para garantir a aprovação da PEC, uma vez que seria necessário o voto favorável de três quintos dos parlamentares.

Suplicy e Agripino comentam entrevista de Lula; Heráclito volta a criticar repatriação; Jucá pede recuperação de rodovia; e Couto defende caranguejeiros

Agripino contesta declaração de Lula sobre Bolsa Família

“Dar dinheiro aos pobres é uma coisa boa, mas deixá-los entregues à sua própria sorte ou condenados à pobreza não passa pela minha cabeça e não deveria passar pela cabeça do presidente Lula.” A declaração foi feita, em discurso, pelo líder do DEM, José Agripino (RN), motivado por uma resposta do presidente da República a repórteres do jornal *O Estado de S. Paulo*, em entrevista publicada no último domingo.

Indagado sobre o caráter temporário do Bolsa Família, o presidente teria dito que o caminho de saída do programa seria o crédito consignado. Agripino lembrou que esse tipo de empréstimo é concedido a quem recebe renda por meio de folha de pagamento, o que não seria o caso dos beneficiados pelo Bolsa Família. O senador potiguar acrescentou que as portas de saída deveriam ser o Banco do Povo e o programa Primeiro Emprego.

Por meio do Primeiro Emprego, explicou José Agripino, o beneficiário do Bolsa Família se capacitaria para exercer uma profissão. Com os recursos tomados via empréstimo a juros subsidiados do Banco do Povo, esse trabalhador capacitado poderia adquirir os instrumentos ou viabilizar os meios de exercitar aquele trabalho aprendido. O senador disse que,



José Agripino afirma que saída estaria no Primeiro Emprego e no Banco do Povo

apesar de “lançados com grande estardalhaço, esses dois programas faliram”.

Agripino também criticou a falta de uma ação mais efetiva do presidente da República visando proporcionar uma consistência maior à economia brasileira. Ele aconselhou Lula a tomar iniciativas enérgicas para proteger o Brasil das turbulências econômicas provocadas pela crise no mercado imobiliário americano. Entre as medidas sugeridas estão o patrocínio, pelo governo, das reformas sindical, trabalhista e política.

Em aparte, Eduardo Suplicy (PT-SP) afirmou que o Bolsa Família é uma evolução de programas anteriores e um passo a mais na direção da instituição de uma renda básica de cidadania.

Mário Couto pede atenção para os caranguejeiros da ilha de Marajó

A criação de uma comissão para avaliar, de perto, “o estado de abandono em que vivem caranguejeiros e pescadores da ilha de Marajó”, no Pará, foi requerida por Mário Couto (PSDB-PA). O senador cobrou fiscalização do Ibama para impedir a captura predatória de caranguejos com uso de armadilhas em forma de laço.

– Os laços acabaram com os manguezais – protestou.

Mário Couto também destacou trechos de manifesto da categoria, que aponta mais de 300 famílias “à beira do abismo chamado fome”. Segundo afirmou, a criação de reservas pelo Ibama é insuficiente para conter a devastação, já que não há uma fiscalização eficiente para controlar a exploração dos manguezais.



Mário Couto exige fiscalização para impedir captura predatória de caranguejo

ciente para conter a devastação, já que não há uma fiscalização eficiente para controlar a exploração dos manguezais.



Heráclito associa deportação de cubanos aos casos de Olga Benário e Lílian Celiberti

Heráclito compara atuação de Lula à de presidentes militares

Heráclito Fortes (DEM-PI) afirmou que a atuação do governo Lula no episódio de repatriação de dois boxeadores que desertaram da delegação de Cuba durante os Jogos Pan-Americanos é comparável à do governo Getúlio Vargas, na década de 1930, com a entrega da comunista alemã Olga Benário às forças de Hitler, e à do governo Ernesto Geisel na permissão para o seqüestro do casal Universindo Díaz e Lílian Celiberti e seus dois filhos por um comando militar uruguaio no Rio Grande do Sul.

Eduardo Suplicy (PT-SP) discordou da comparação, argumentando que os boxeadores não foram mortos, como Olga Benário, nem relataram ter sofrido tortura, como o casal uruguaio.

– Os três episódios não diferem em nada. A maior tortura que os boxeadores cubanos sofrem é não terem mais permissão para praticar o esporte e jamais poderem deixar de novo a ilha [de Cuba] – respondeu Heráclito.

O senador pediu a transcrição nos Anais do Senado de entrevista do jornalista Luiz Cláudio Cunha ao blog do jornalista gaúcho Políbio Braga. Na entrevista, Cunha, que cobriu o seqüestro do casal uruguaio na década de 1970, afirma que “o governo Lula conseguiu fazer pior do que os generais da ditadura brasileira”.

Heráclito também requereu informações sobre documento apresentado por Ideli Salvatti (PT-SC) a respeito de declaração favorável da Organização das Nações Unidas (ONU) quanto à legalidade e legitimidade da atuação do governo brasileiro no caso dos boxeadores. O senador quer ainda esclarecimentos do governo sobre uma eventual escala em território brasileiro de avião venezuelano que teria transportado US\$ 850 mil entre a Venezuela e a Argentina.

Suplicy nega que presidente queira terceiro mandato

Eduardo Suplicy (PT-SP) destacou que, na entrevista publicada no domingo pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva negou que pretenda se candidatar a um terceiro mandato. O senador comentou que respondia a Heráclito Fortes (DEM-PI), que há dez dias declarara, também da tribuna, que a campanha publicitária do Banco do Brasil “Decida pelo 3” era uma campanha disfarçada por uma nova reeleição de Lula. A campanha pretenderia convencer as pessoas a praticarem três atitudes diárias em prol da conservação do planeta.

Suplicy observou que, em recente encontro com dez senadores do PT em sua residência, Lula “reiterava que considerava inadequado para o aperfeiçoamento da democracia que pudesse haver nova reeleição”, e não admitiria que o partido viesse a apoiar essa idéia. O senador mencionou a manchete da entrevista: “Nem se o povo pedir serei candidato em 2010”.

O representante paulista informou ainda que não há iniciativa de parlamentares do PT para permitir um terceiro mandato de Lula. Negou, assim, assertiva do ex-presidente Fernando Henrique, que, em outra entrevista, afirmou que “não é o povo que vai pedir, é o PT que vai pedir” (o terceiro mandato). Ele foi aparteado por Heráclito e



Chefe do governo considera inadequada à democracia nova reeleição, diz Suplicy

Sérgio Guerra (PSDB-PE).
Renan Calheiros

Eduardo Suplicy esclareceu que, ao contrário do que foi noticiado pelo jornal *O Globo*, ainda não decidiu seu voto no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar no processo contra o presidente do Senado, Renan Calheiros. Afirmou que gostaria que Renan fosse ao colegiado sanar eventuais dúvidas dos parlamentares.

O senador explicou que não acompanhou o depoimento de Renan Calheiros aos três relatores do caso – Marisa Serrano (PSDB-MS), Almeida Lima (PMDB-SE) e Renato Casagrande (PSB-ES) – e ao presidente do conselho, Leomar Quintanilha (PMDB-TO), cumprindo determinação deste, que lhe foi repassada pela líder do PT, senadora Ideli Salvatti (SC).

Jucá cobra recuperação de rodovia para a Venezuela que corta Roraima

Ao relatar os problemas surgidos em decorrência das fortes chuvas em seu estado, o líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), cobrou do Ministério dos Transportes a recuperação emergencial da BR-174, rodovia que liga Manaus à Venezuela e corta todo o estado de Roraima.

O senador afirmou que “simples operações tapa-buracos não resolvem mais os problemas”. Ele pediu a utilização de concreto betuminoso usinado a quente, uma vez que o asfalto a frio dura pouco, devido à elevada umidade na Amazônia.

– De dois em dois anos a es-



Para Jucá, não adianta mais programa tapa-buraco com asfalto a frio na Amazônia

trada se destrói e aí se faz um remendo e se joga dinheiro, mas depois de dois anos o problema continua o mesmo – apontou.

Delegados, promotor, procuradora e desembargadora prestam informações hoje à CPI do Apagão Aéreo. Polêmica sobre a liberação da pista de Congonhas com base em documento da Anac deve ser abordada

CPI ouve os responsáveis por investigação do acidente da TAM

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Apagão Aéreo realiza hoje, às 11h, audiência pública para investigar as causas do acidente com o Airbus A320 da TAM, ocorrido em 17 de julho no Aeroporto de Congonhas (SP). Entre os convidados a prestar esclarecimentos à comissão está o promotor de Justiça do estado

de São Paulo Mário Luiz Sarrubbo, designado para acompanhar as investigações no 27º Distrito Policial de São Paulo, localizado no bairro de Campo Belo.

Também será ouvida a procuradora da República Fernanda Taubemblatt, uma das que assinaram ação do Ministério Público Federal pedindo a transferência de vôos de Congonhas para outros aeroportos em São Paulo por considerar que as condições do aeroporto do centro da capital paulista contribuíram para o acontecimento do acidente.



Depoimentos na comissão devem ter como tema tragédia em São Paulo e corrupção na Infraero

Também devem prestar informações o delegado responsável pela investigação do acidente, Antônio Barbosa, e a desembargadora Cecília Marcondes, do Tribunal Regional Federal da 3ª Região. A desembargadora deu entrevistas dizendo ter se sentido “enganada” pela Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) ao ter examinado, em processo que determinou a liberação da pista principal de Congonhas, documento que a própria Anac diria depois não ter validade.

Infraero

Amanhã, às 11h, a Comissão Par-

lamentar de Inquérito do Apagão Aéreo volta a se reunir e foca suas atenções na apuração de denúncias de corrupção envolvendo funcionários da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero). Devem ser ouvidos os corregedores setoriais na Controladoria Geral

da União Alexandre Penido Duque Estrada e Luiz Henrique Pandolfi Miranda.

Além de ouvir os dois corregedores setoriais, os senadores que integram a CPI do Apagão Aéreo devem colher o depoimento do empresário Carlos Alberto Carvalho, da Aeromídia. Ele foi acusado pela empresária Sílvia Pfeiffer, em reportagem da revista *IstoÉ* publicada em abril último, de ter pago propina a funcionários da Infraero. Os senadores deverão ouvir também o coronel-aviador Jorge Luiz Brito Velozo, diretor da Anac.

Prática de *overbooking* poderá levar a indenização

A prática de *overbooking* pelas companhias aéreas – caracterizada pela aceitação de reservas em número superior ao de assentos das aeronaves – pode estar com os dias contados. A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) debate amanhã, a partir das 10h, projeto de lei da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) que obriga as empresas a indenizarem os passageiros que, mesmo com a passagem na mão, não conseguirem embarcar por falta de assentos disponíveis.

Serys explica que sua proposta (PLS 114/04) vem suprir uma lacuna do Código Brasileiro de Aeronáutica, que, ao não tratar da questão, acaba obrigando o consumidor a recorrer à Justiça para ser ressarcido do prejuízo. O projeto estabelece indenização mínima equivalente ao valor da tarifa, em classe econômica, para o trecho aéreo adquirido.

Além da compensação financeira ao passageiro, a companhia aérea terá o dever de assegurar os direitos contratuais das vítimas de *overbooking*. Essa reparação poderá ser feita pela



Pelo projeto de Serys, além da acomodação em outro vôo, prática terá compensação financeira

oferta de acomodação em outro vôo para o mesmo destino até quatro horas após o embarque frustrado, pelo reembolso do valor do bilhete ou endosso da passagem. O projeto conta com parecer favorável do relator, senador José Maranhão (PMDB-PB).

A pauta da CCJ também traz proposta de emenda à Constituição (PEC 25/06) de iniciativa do senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) que trata da inclusão de jovens de 16

a 24 anos nos serviços de assistência técnica e extensão rural. Para atuar como agentes multiplicadores na área de agricultura familiar, exige-se que eles residam há mais de cinco anos em comunidades rurais e sejam aprovados em processo seletivo público simplificado, seguido por um programa de treinamento e capacitação. Relator da matéria, o senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) apresentou parecer pela sua aprovação.

Também recebeu parecer favorável do relator, senador Romeu Tuma (DEM-SP), o projeto de lei (PLS 207/07) do senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) que estende ao Distrito Federal e aos municípios a possibilidade de firmar convênios com a União para implementação de medidas de prevenção e repressão ao tráfico e uso de drogas, bem como de atenção e reinserção social de usuários e dependentes. Segundo assinalou Zambiasi na justificativa ao projeto, esse trabalho deverá se enquadrar nas diretrizes fixadas pelo Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (Sisnad).

Especialista defende Lei de Responsabilidade Ambiental

O diretor-presidente do Instituto Brasil Ambiente, Sabetai Calderoni, sugeriu ontem, na Subcomissão Temporária da Regulamentação dos Marcos Regulatórios, vinculada à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), a adoção de uma Lei de Responsabilidade Ambiental para o Brasil, como forma de aperfeiçoar e integrar as normas legais que tratam do meio ambiente e da geração de resíduos sólidos no país.

– No marco atual, há ausência de planejamento integrado e falta de especificidades de parâmetros que dificultam a adequação das ações. Vivemos uma guerra normativa na área ambiental, com complexidade de procedimentos burocráticos por incongruência entre as normas – disse.

A lei, explicou Calderoni, funcionaria como uma declaração anual de responsabilidade ambiental, assim como a declaração do Imposto de Renda. Todas as indústrias, hospitais, empresas de tratamento de resíduos e grandes geradores teriam que fazer uma autodeclaração anual obrigatória, com cinco breves itens, em que responderiam sobre os tipos de resíduos e quantidade em que foram gerados; a relação produto/resíduo para a qual estão licenciados; e o total de produtos constantes nas notas fiscais emitidas ao longo do ano.

A proposta, segundo Calderoni, defende o estabelecimento de um preço-piso para a remuneração de materiais recicláveis, a ser pago a catadores e sucateiros, além de estímulo à criação de programas municipais de reciclagem e de combate ao trabalho infantil em aterros sanitários e lixões.

O debate também contou com a presença do diretor-executivo do Compromisso Empresarial para Reciclagem (Cempre), André Vilhena; do representante da Comissão Nacional do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), Severino Lima Júnior; e do presidente da Associação Brasileira das Empresas

de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (Abrelpe), Alberto Bianchini.

Reciclagem

Na avaliação de André Vilhena, não dá para pensar na formulação de uma política nacional de resíduos sólidos no Brasil sem contemplar a participação das cooperativas de catadores de lixo que, segundo ele, já são 800 país, organizando 20 mil trabalhadores.

– O Brasil tem altos índices de reciclagem graças ao trabalho dos catadores e atividades desenvolvidas por sucateiros – afirmou.

Já Severino Lima Júnior defendeu a criação de novos postos de trabalho para os catadores, enfatizando que a burocracia dificulta a ascensão social da categoria. O representante da MNCR disse ainda que o trabalho dos catadores que moram em cidades distantes das capitais é prejudicado por atravessadores.

A proposta de melhoria das condições de trabalho dos catadores também recebeu o apoio de Alberto Bianchini, que defendeu salário digno, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), férias e trabalho em condições salubres para a categoria. Em 2005, segundo dados da Abrelpe, o Brasil produziu a quantidade diária de 164 mil toneladas de resíduos sólidos urbanos, das quais apenas 65 mil toneladas tiveram disposição final adequada. O índice de coleta de resíduos no país é de 95%, mas nos últimos dez anos, conforme a entidade, não foram utilizados recursos públicos para implantação de aterros sanitários no Brasil.

Marco regulatório

Em resposta ao presidente da subcomissão, senador Delcídio Amaral (PT-MS), Sabetai Calderoni explicou que a Lei 11.445/07, sancionada recentemente pelo presidente Lula e que prevê diretrizes para o saneamento básico, não pode servir de parâmetro para um marco regulatório de resíduos sólidos. Segundo ele, a norma legal não dá ênfase às parcerias público-privadas e nem prevê o aprimoramento profissional dos catadores.

Efeitos do aquecimento na agricultura, desertificação, gestão do lixo e produção de etanol serão debatidos em audiências públicas por diversos colegiados

Preocupação ambiental mobiliza comissões esta semana



Questões como desertificação, tratamento de resíduos sólidos, impacto do etanol no meio ambiente, efeito das mudanças climáticas na agropecuária e produção de biodiesel devem dominar esta semana os debates nas comissões do Senado. Hoje, a comissão mista especial destinada a acompanhar e fiscalizar as ações referentes às mudanças climáticas no país realiza audiência pública para discutir os efeitos do aquecimento global no setor agropecuário.

São aguardados no debate o pesquisador Jurandir Zullo Júnior, do Centro de Pesquisas Meteorológicas e Climáticas Aplicadas à Agricultura (Cepagri), da Universidade de Campinas; Luiz Piva, responsável pela campanha de clima da organização não-governamental Greenpeace; e Antônio Divino Moura, diretor do Instituto Nacional de Meteorologia, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Desertificação

Ainda hoje, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) realizará audiência pública para tratar dos fatores que contribuem para a desertificação e das medidas necessárias ao seu combate e à mitigação dos seus efeitos.

Participarão do evento Antônio Rocha Magalhães, assessor principal para o Brasil do Banco Mundial; José Roberto de Lima, coordenador do Programa Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca, da Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano, do Ministério do Meio Ambiente; e Carlos Américo Basco, representante do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura.

Na segunda parte da reunião, os membros do colegiado deliberarão sobre uma série de proposições, entre elas o projeto de autoria do senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) que institui a Política Nacional de Combate e Prevenção à Desertificação (PLS 70/07). A matéria, relatada pelo senador Marconi Perillo (PSDB-GO), será analisada em decisão terminativa na CMA, ou seja, se aprovada, não precisará passar pelo Plenário do Senado – a menos que haja recurso para tanto –, seguindo diretamente para a Câmara.

Entre os objetivos da proposta destaca-se o apoio ao desenvolvimento sustentável nas áreas sob risco de desertificação. As iniciativas sugeridas são o combate à pobreza e às desigualdades sociais, o estímulo ao uso sustentável dos recursos naturais, a conservação do meio ambiente e o fomento de uma prática agrícola adaptada às condições ecológicas locais.

Estão também entre os objetivos da Política Nacional de Combate e Prevenção à Desertificação prevenir a desertificação

em áreas de risco e recuperar as áreas afetadas; instituir mecanismos de proteção e recuperação de vegetação e de solos degradados nas áreas de risco ou afetados pela desertificação; e estimular a política de gestão de recursos hídricos integrada às ações de prevenção e combate à desertificação, articulando adequadamente os diferentes usos da água e a proteção do ambiente.

Na justificativa da matéria, Inácio Arruda assinala que o Brasil é um dos cem países que assinaram a Convenção Internacional de Combate à Desertificação e à Seca, promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1993/1994, em continuidade à implementação das metas previstas na Agenda 21.

O senador informa que os estados brasileiros mais afetados e mais sujeitos à desertificação de suas terras são Minas Gerais, Espírito Santo e os estados do Nordeste. As áreas do país suscetíveis de desertificação e que se enquadram na convenção da ONU para o combate ao problema, de acordo com Inácio Arruda, ocupam um total de 980.711,58 quilômetros quadrados, o que representa 11,5% do território nacional.

Biodiesel

Às 14h, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) examina dois projetos de lei sobre o biodiesel, ambos de autoria do senador César Borges (DEM-BA). As propostas alteram a legislação referente ao assunto e têm decisão terminativa na comissão.

A primeira proposta a ser analisada (PLS 18/07) modifica a Lei 11.097/05, que introduziu o biodiesel na matriz energética brasileira, estabelecendo linhas de crédito para investimento em unidades de produção de biodiesel e para cultivo de oleaginosas a serem utilizadas na fabricação do produto. A matéria tramita com parecer favorável do senador João Tenório (PSDB-AL).

O segundo projeto em exame na CI também altera a Lei 11.097/05, dessa vez para antecipar o prazo para adição do percentual mínimo obrigatório do produto ao óleo diesel (PLS 121/06).

Etanol

Amanhã, às 10h, os senadores da Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, que funciona no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), analisam em audiência pública o impacto da produção de etanol (álcool) sobre o meio ambiente. O debate foi proposto pelo senador João Tenório, presidente da subcomissão.

Participarão da audiência o deputado Fernando Gabeira (PV-RJ); a ambientalista Laura Tetti, consultora da União da Agroindústria Canavieira de São Paulo (Única); o professor Luiz Cortês, da Universidade Estadual de Campinas; e o professor Manoel Régis Lima Verde Leal, do Centro Nacional de Energia Alternativa.

Maciel quer ampliar a exploração dos recursos oceânicos brasileiros

Ao lembrar que em abril deste ano a Comissão de Limites da Plataforma Continental (CLPC), da Organização das Nações Unidas (ONU), reconheceu o direito do Brasil de acrescentar 950 mil quilômetros quadrados à sua exploração econômica, Marco Maciel (DEM-PE) opinou que o governo deve priorizar a exploração dos recursos oceânicos do país.

O senador lembrou que os países mais desenvolvidos vêm explorando com êxito os recursos no leito dos seus mares. Esse é o caso de Estados Unidos, Japão, Inglaterra, França, Holanda e Dinamarca, que extraem de suas plataformas continentais granulados (cascalho, areia e argila para a construção civil, e cerâmica), minerais pesados, ouro, platina, titânio e diamante, além de minério de ferro, manganês, níquel, cobre, cobalto e petróleo.

– Todos os grandes povos e suas civilizações incluíram os mares em seus destinos. O Brasil, com tão longo litoral e tão largas projeções oceânicas, não pode viver e crescer sem uma moderna e operosa Marinha. Faz parte da herança de várias gerações brasileiras, que não pode ser subestimada ou desperdiçada. O destino do Brasil também está no mar – afirmou Maciel.

Além da exploração dos recursos da plataforma continental brasileira, o



Contingenciamento de verbas destinadas à Marinha é criticado por Marco Maciel

parlamentar defendeu o não-contingenciamento dos recursos destinados à Marinha do Brasil. Ele destacou que cabe à instituição, entre outras tarefas, fiscalizar o cumprimento das leis e regulamentos nas águas interiores e marítimas do país, combatendo crimes transnacionais como o contrabando, o tráfico

de armas e drogas, o terrorismo, a pesca irregular e os crimes cometidos contra o meio ambiente.

Maciel informou que, ao lado dos recursos orçamentários, a Marinha também tem entre suas fontes de recursos os royalties recolhidos pela Petrobras em virtude de suas explorações na plataforma continental brasileira. O problema, advertiu o senador, é que a maior parte desse dinheiro vem sendo contingenciada pelo governo federal.

Em aparte, Mão Santa (PMDB-PI) lembrou que o comandante da Marinha, almirante-de-esquadra Júlio Soares de Moura Neto, ao participar de reunião na Comissão de Relações Exteriores (CRE), declarou que a Força será extinta em 2025 caso o volume de repasses que lhe são destinados não aumente de forma significativa.

– Este governo irresponsável, que só funciona na mídia, não comprou uma canoa sequer para a Marinha brasileira – desabafou Mão Santa.

Com objetivo de reforçar o combate à corrupção, Suplicy sugere redução do percentual dos valores que podem ser objeto de aditivos contratuais

CAE decide hoje sobre projeto que amplia uso do pregão eletrônico

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) deve votar hoje o projeto que altera a Lei de Licitações, visando ampliar a utilização do pregão eletrônico. A iniciativa integra o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O relator, Eduardo Suplicy (PT-SP), apresentou substitutivo ao texto já aprovado na Câmara e, no Senado, pelas comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

Entre outras alterações, o senador propõe a redução do valor mínimo para licitações do tipo “menor preço” a partir do qual o pregão eletrônico seria obrigatório. A quantia prevista na proposta (PLC 23/07), de R\$ 51 milhões, cairá para R\$ 3,4 milhões.

Suplicy sugere que os aditivos contratuais não ultrapassem 5% do valor total de compras e serviços em geral, 10% de obras e serviços de engenharia (o índice atual é de 25% para as duas cate-



Mudança na Lei de Licitações é destaque da pauta da Comissão de Assuntos Econômicos

gorias) e de 25% para contratos de reforma de edifícios e equipamentos (hoje, 50%).

– Os aditivos contratuais são um dos principais mecanismos para favorecer a corrupção em contratos públicos.

Ainda na pauta da CAE, destaca-se o projeto (PLS 07/07) de Francisco Dornelles (PP-RJ) que inclui o nascituro (feto) no rol de dependentes para dedução do Imposto de Renda da Pessoa

Física. Também está na agenda o projeto (PLS 17/04) de Paulo Paim (PT-RS) que isenta os deficientes auditivos da cobrança do IPI na compra de veículos.

BNDES

Na primeira parte da reunião, às 9h, a CAE ouvirá esclarecimentos do presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Luciano Coutinho, sobre a política de financiamento da instituição.

Subcomissão avalia com economista sugestões para a reforma tributária

A Subcomissão Temporária da Reforma Tributária – ligada à Comissão de Assuntos Econômicos – promove amanhã, às 19h, reunião com José Roberto Rodrigues Afonso, economista do BNDES. Segundo a secretaria da CAE, Afonso, que presta assessoria técnica ao colegiado, apresentará aos senadores um trabalho técnico sobre as propostas já discutidas na subcomissão.

O projeto de reforma tributária do Executivo deverá ser enviado até o final de setembro ao Congresso, conforme anunciou, em Plenário, o líder do governo, senador Romero Jucá (PMDB-RR). O texto final da reforma foi entregue pelo ministro da Fazenda, Guido Mantega, no dia 23 deste mês, ao Conselho Político do governo, em encontro do qual também participaram parlamentares da base aliada.

A proposta do governo, de acordo com Jucá, é ousada e vai permitir a divisão da arrecadação entre estados e municípios, “fazendo, assim, justiça tributária”.

A proposta acaba com uma série de impostos federais, que devem ser substituídos pelo imposto sobre o valor agregado (IVA) federal. O Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) também deverá deixar de existir para dar espaço ao IVA estadual, que será cobrado apenas no destino da mercadoria.

Ao entregar o texto ao Conselho Político, Mantega declarou à imprensa que o assunto vem sendo debatido há muito tempo com os governadores e que a simplificação tributária no Brasil será muito positiva. Disse ainda que está conversando com os líderes partidários no Congresso sobre o projeto, demonstrando a esses que a proposição tem mais virtudes do que problemas.

A reunião da subcomissão será realizada na sala 19 da Ala Alexandre Costa. Esse colegiado é presidido pelo senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) e tem como relator o senador Francisco Dornelles (PP-RJ).

Audiovisual é tema de debate na CCT

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) do Senado promove amanhã audiência pública, a partir das 9h, sobre conteúdo audiovisual em tempos de convergência tecnológica.

O presidente da comissão, senador Wellington Salgado (PMDB-MG), convidou para o debate, entre outros, o presidente da Agência Nacional de Telecomunicações, Ronaldo Sardenberg; o presidente da Associação Paulista de Cineastas, Ícaro Cataldi Martins; o presidente da Associação Brasileira da Propriedade Intelectual, Gustavo Starling Leonardos; o diretor-geral do canal ESPN Brasil, Germán Von Hartenstein; e o presidente da Associação Brasileira de Prestadoras de Serviços de Comunicação Multimídia, Manoel Santana Sobrinho.

Cristovam: só investimento em educação tornará o Brasil grande

Cristovam Buarque (PDT-DF) afirmou ontem, da tribuna, que a grandeza do Brasil depende de investimentos em educação – o que ele chama de revolução da educação. O senador explicou que há diferença entre crescer e tornar-se grande, dizendo que o governo apresenta sucessivos planos de aceleração do crescimento, mas nenhum projeto que vise engrandecer o país.

A seu ver, a divulgação de grandes números não significa que o Brasil seja um grande país. Como exemplo, ele observou que o número maior de pessoas recebendo o Bolsa Família significa que a população ainda depende de programas assistenciais.

A educação é importante para um país da mesma forma que ela engrandece uma criança, frisou o senador. Cristovam salientou que fatores biológicos ocasionam o crescimento de uma criança, mas, acrescentou, só a educação



Leopoldo Silva

Governo não apresentou nenhum plano para engrandecer o país, diz Cristovam

produz seu engrandecimento.

– Crescer é aumentar a renda nacional, mas ficar grande é distribuí-la; crescer é aumentar o número de cadeias, ficar grande é não precisar de cadeias.

Cristovam sugeriu aos senadores que deixem de ir para suas bases nos fins de semana e permaneçam no Congresso com a finalidade de pensar em alternativas que visem engrandecer o país.

Seminário vai discutir política brasileira para gás e petróleo

Os problemas da indústria do petróleo e a política brasileira para o gás serão discutidos na quinta-feira, das 9h às 13h, em seminário coordenado pela Íntegra Brasil – Agência de Integração à Saúde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Social do Brasil, com patrocínio da Petrobras e apoio do Interlegis – Comunidade Virtual do Poder Legislativo. O seminário será realizado no auditório do Interlegis, em Brasília.

Entre outros, farão exposições o presidente da Agência Nacional do Petróleo,

Haroldo Lima, os senadores Delcídio Amaral (PT-MS) e Marconi Perillo (PSDB-GO) e um representante da diretoria da Petrobras. As inscrições podem ser feitas pelo endereço eletrônico seminarios@integrabrazil.com.br ou pelos telefones (61)8465-3961/3468-5696.

Essa será a oitava versão anual do seminário. Os expositores falarão de projeções para o petróleo, investimentos, incertezas da área, potencial de gás no Brasil, regulamentação sobre gasodutos e projeto da Lei do Gás no país.

Venda da TVA para Telefônica pode ser investigada em CPI na Câmara

A venda da operadora de televisão TVA pela editora Abril para a Telefônica poderá ser investigada por comissão parlamentar de inquérito na Câmara de Deputados, de acordo com requerimento protocolado na última quinta-feira, junto à Secretaria Geral da Mesa daquela Casa. O requerimento contou com o apoio de 182 deputados – 11 a mais que o mínimo exigido para instalação de CPI – e ainda precisa ser examinado em Plenário.

No Senado, o assunto será discutido em audiência pública promovida pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT). A audiência estava prevista para quarta-feira passada, mas terminou sendo adiada, ainda sem data definida. Foram convidados para a reunião o presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Ronaldo Sardenberg, e o conselheiro da Anatel Plínio de Aguiar Júnior.